

OBRA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Montantes expressos em Euros)

1. Introdução

Identificação da entidade

A “**Obra de Nossa Senhora das Candeias**” também designada abreviadamente por “**ONSC**” ou ainda por **Obra**, é uma instituição sem fins lucrativos e está constituída sob a forma de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) – NIPC: 501.102.850.

A ONSC tem a sua sede na cidade do Porto (Rua da Alegria, 936 – 2.º Dtº., 4000 – 040 Porto) mas está ainda presente em Aveiro, Águeda, Braga, Pinhel e Olhão.

Fundada em 1958, a ONSC tem como atividade principal o apoio social para crianças e jovens, com alojamento.

Os objetivos são acolher, apoiar, educar e formar crianças e jovens de ambos os sexos em situação de perigo, de forma a possibilitar a sua integração plena na sociedade. No âmbito do apoio à família a ONSC também presta serviços educativos direcionados à formação e desenvolvimento das crianças e jovens.

Por definição estatutária sempre que se justifique, a Obra poderá alargar o âmbito de ação a outras situações de carência, independentemente de opções religiosas e políticas.

Atividade

A Obra de Nossa Senhora das Candeias, para além dos cuidados primários, procura proporcionar aos seus educandos, no desenvolvimento do projeto de vida individual, um ambiente afetivamente rico, psicologicamente equilibrante, culturalmente enriquecedor, formativo de uma consciência moral e cívica exigente e com capacidade participativa e crítica. Assim, a educação dessas crianças e jovens passa necessariamente pela promoção do seu desenvolvimento integral – bio-psico-social -, englobando não só a vertente emocional mas também as vertentes educativa e cultural, de modo a que no futuro contribuam para o exercício de uma cidadania responsável.

Em todos os seus serviços, a Obra de Nossa Senhora das Candeias procura estabelecer ligação com a comunidade envolvente e com outras Instituições, de forma a poder dar resposta articulada às necessidades dos seus educandos e em que dirigentes e colaboradores assumem o compromisso de melhorar continuamente a qualidade dos serviços, prestando-os de uma forma personalizada e humana.

Para além da principal atividade de Lar de Infância e Juventude, a Obra dedica-se ainda a outras Respostas Sociais da área da Infância e Juventude e do apoio familiar, designadamente através das suas Creches, Jardins de Infância e Serviços de Apoio ao Estudo.

A Obra desenvolve atividade em diversos pontos do País, com a seguinte distribuição:

- Distrito de Aveiro – 1 Núcleo Familiar;
- Distrito da Guarda – 1 Núcleo Familiar e uma exploração agropecuária onde são desenvolvidas atividades pedagógicas e ocupacionais “A Candeia”;
- Distrito de Faro – 1 Núcleo Familiar, 1 Jardim de Infância, 1 Creche, 1 Campo de férias
- Distrito do Porto – 7 Núcleos Familiares, 2 Jardins de Infância, 2 Creches.

A Obra dispõe ainda de 2 casas de férias (Pinhel e Aldeia das Dez) por onde passam rotativamente as famílias que constituem os Núcleos Familiares e outras casas de apoio.

Respostas sociais e atividades desenvolvidas pela ONSC:

- Núcleos familiares:

Porto

- N^a Sr^a do Abrigo (rua Antero Quental)
- N^a Sr^a do Acolhimento (rua António Cândido)
- N^a Sr^a da Apresentação (rua da Formiga)
- N^a Sr^a de Belém (rua da Alegria)
- N^a Sr^a da Conceição – Instituto Municipal Condessa de Lumbrals (rua de Belém)
- N^a Sr^a da Nazaré (rua António Cândido)
- N^a Sr^a do Sorriso (rua dos Vanzellers)

Aveiro

- Natividade de Maria – Redolho (Águeda)

Faro

- N^a Sr^a da Esperança (Olhão)

- Creche e Jardim de Infância:

Porto

- Luzinha do Abrigo Infantil Corte Real (rua Antero Quental)
- A Luzinha (rua de Belém)

Faro

- As Luzinhas (Olhão) – aqui desenvolve-se também a atividade de Apoio ao Estudo

Para a concretização dos seus objetivos, e enquanto IPSS, a ONSC estabelece acordos de cooperação com a Segurança Social, no sentido de obter apoios financeiros para o desenvolvimento das suas atividades.

Em 2017, para além da conclusão dos investimentos realizados já em 2016 (obras de remodelação das instalações na Quinta do Pezinho em Pinhel e a reabilitação da casa do Núcleo Familiar de N^a Sr^a de Belém), apenas foi possível concretizar pequenas obras de reparação e manutenção das diversas instalações.

Não obstante ter-se obtido o licenciamento para o desenvolvimento da atividade de Lar Residencial em Pinhel, não foi possível concretizar o previsto acordo de cooperação com a Segurança Social. E, neste contexto, o financiamento dos encargos de exploração em Pinhel são integralmente suportados pela Obra. De tal facto resulta uma situação de acréscimo significativo de encargos sem um correspondente equilíbrio em termos de receitas o que, evidentemente, tem reflexos negativos nas nossas contas de exploração.

Ainda assim, por se ter considerado indispensável, foi necessário adquirir uma carrinha (Porto) – este investimento foi realizado por via de celebração de um contrato de leasing.

Os resultados de exploração estão positivamente influenciados pelas mais-valias obtidas na alienação de ativos fixos – casa na Rua Santos Pousada no Porto e retoma de várias viaturas sem uso. O ganho obtido nestas transações ascendeu a 167.967,00 € pelo que o resultado líquido negativo obtido no montante de 21.968,33 €, traduz um efetivo prejuízo de exploração no montante de 189.935,33 €.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) das Entidades do sector não lucrativo. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, respeitando as características qualitativas da relevância, fiabilidade e comparabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC_ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

2.2. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.

2.3. Indicação das contas de Balanço e de Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores do Balanço a 31 de dezembro de 2017 e da Demonstração dos Resultados em 2017 são na íntegra comparáveis com os do exercício anterior.

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Com exceção dos ativos fixos doados (que têm como contrapartida a conta “Variações dos fundos patrimoniais”), que são valorizadas pelo respetivo valor de doação, todas as classes de Ativos fixos tangíveis encontram-se valorizadas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo de aquisição (revalorizado nos casos dos imóveis) à data de transição para NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de fatura (preço de compra do ativo), despesas relacionadas com a aquisição (despesas diretamente imputáveis à sua aquisição) e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso (encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização).

Os custos subsequentes incorridos com benfeitorias, renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As amortizações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicadas anualmente, a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.

Dado que a Direção não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e respetivas taxas de depreciação:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	
- custo aquisição	50
- benfeitorias	10 – 20
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros	4 – 10

Os bens de reduzido valor (valores unitários inferiores a 1.000 €) são amortizados no ano de aquisição e o correspondente dispêndio é reconhecido como gasto integral do exercício respetivo.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por

imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Imparidade de ativos – ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que as mesmas possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, sendo objeto de testes de imparidade anuais. Os testes de imparidade são realizados em Dezembro de cada ano e sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Direção avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e, se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentaram essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor de ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradores de caixa).

Com exceção do goodwill, aos ativos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade, é feita uma avaliação sobre a possível reversão das perdas por imparidade a cada data de relato. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.3. Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Instituição classifica e mensura ao custo os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

São registados ao custo os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, utentes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Instituição avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos/ativos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.4. Créditos a receber

As rubricas de Créditos a receber são reconhecidas ao justo valor (valor nominal), deduzido dos respetivos ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.5. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 6 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários, se existirem, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.7. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos ao custo (valor nominal).

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente e no passivo não corrente no caso de a Instituição ter o direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.8. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

3.9. Imposto sobre o rendimento

A Instituição beneficia de isenção de tributação em sede de IRC ao abrigo do artigo 10º do respetivo código (Pessoas Coletivas de Utilidade Pública e de Solidariedade Social).

3.10. Benefícios aos empregados

A Instituição não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação: i) presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a obrigação é divulgada como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.12. Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.13. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo a vendas e/ou serviços prestados no decurso normal da atividade da Institu o. O rédito   registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuidos.

3.14. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstra es financeiras são continuamente avaliados, representando   data de cada relato a melhor estimativa da Dire o, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situa es que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.14.1 Provisões

São analisadas de forma per dica eventuais obriga es que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulga o.

A subjetividade inerente   determina o da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obriga es poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por varia o dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.14.2 Ativos fixos tangíveis

A determina o das vidas úteis dos ativos, bem como o método de deprecia o a aplicar   essencial para determinar o montante das deprecia es a reconhecer na demonstra o dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Dire o para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por entidades cong neres, tendo em considera o o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

3.14.3 Imparidades

A determina o de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da entidade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras altera es, quer internas quer externas,   empresa.

A identifica o dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determina o do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Dire o no que respeita   identifica o e avalia o dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	5.809	7.050
Depósitos bancários	896.295	607.787
	<u>902.103</u>	<u>614.837</u>
Outras disponibilidades	12.500	12.500
	<u>914.603</u>	<u>627.337</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

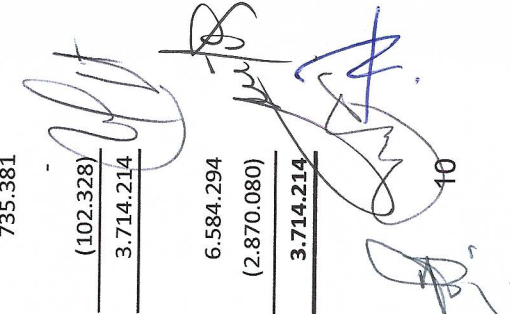
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerário		
- Caixa	5.809	7.050
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	422.295	306.287
- Depósitos a prazo	474.000	301.500
- Outros depósitos	-	-
	<u>896.295</u>	<u>607.787</u>
Outras aplicações de tesouraria		
- Em bancos nacionais	12.500	12.500
- Em bancos estrangeiros	-	-
	<u>12.500</u>	<u>12.500</u>
Líquido	<u>914.603</u>	<u>627.337</u>
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	<u>914.603</u>	<u>627.337</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u>-</u>	<u>-</u>

5. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e no período homólogo findo em 31 de dezembro de 2016, os movimentos registados nas rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 2016

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Imobilizações em Curso	Total
Saldos Contabilísticos em 1.1.2016								
Custo Aquisição	128.684	4.160.807	676.347	661.166	103.801	14.608	103.500	5.848.913
Amortizações acumuladas	(935)	(1.328.666)	(663.701)	(657.359)	(102.473)	(14.617)	-	(2.767.751)
	127.749	2.832.141	12.646	3.807	1.328	(9)	103.500	3.081.162
Ajustes Contabilísticos em referência a 1.1.2016								
Custo Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Contabilísticos ajustados em 1.1.2016								
Custo Aquisição	128.684	4.160.807	676.347	661.166	103.801	14.608	103.500	5.848.913
Amortizações acumuladas	(935)	(1.328.666)	(663.701)	(657.359)	(102.473)	(14.617)	-	(2.767.751)
	127.749	2.832.141	12.646	3.807	1.328	(9)	103.500	3.081.162
Movimentos em 2016								
Saldo Inicial	127.749	2.832.141	12.646	3.807	1.328	(9)	103.500	3.081.162
Aquisições	-	752.869	40.504	-	2.017	-	(60.009)	735.381
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício	(68)	(88.485)	(12.597)	(48)	(514)	(616)	-	(102.328)
	127.681	3.496.525	40.553	3.759	2.831	(624)	43.491	3.714.214
Saldos Contabilísticos em 31.12.2016								
Custo Aquisição	128.684	4.913.676	716.851	661.166	105.818	14.608	43.491	6.584.294
Amortizações acumuladas	(1.003)	(1.417.151)	(676.298)	(657.407)	(102.988)	(15.232)	-	(2.870.080)
	127.681	3.496.525	40.553	3.759	2.831	(624)	43.491	3.714.214



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 2017

Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Imobilizações em Curso	Total
128.684	4.913.676	716.851	661.166	105.818	14.608	43.491	6.584.294
(1.003)	(1.417.151)	(676.298)	(657.407)	(102.988)	(15.232)	-	(2.870.080)
127.681	3.496.525	40.553	3.759	2.831	(624)	43.491	3.714.214
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
128.684	4.913.676	716.851	661.166	105.818	14.608	43.491	6.584.294
(1.003)	(1.417.151)	(676.298)	(657.407)	(102.988)	(15.232)	-	(2.870.080)
127.681	3.496.525	40.553	3.759	2.831	(624)	43.491	3.714.214
127.681	3.496.525	40.553	3.759	2.831	(624)	43.491	3.714.214
-	95.500	12.121	24.357	2.862	340	-	135.180
-	(118.563)	-	(254.144)	-	-	-	(372.707)
-	38.930	-	254.144	-	-	-	293.074
(68)	(99.732)	(17.299)	(9.665)	(699)	(106)	-	(127.570)
127.613	3.412.659	35.375	18.451	4.994	(390)	43.491	3.642.192
128.684	4.890.613	728.972	431.379	108.681	14.948	43.491	6.346.767
(1.071)	(1.477.953)	(693.597)	(412.928)	(103.687)	(15.339)	-	(2.704.575)
127.613	3.412.659	35.375	18.451	4.994	(390)	43.491	3.642.192

Saldos Contabilísticos em 1.1.2017

Custo Aquisição
Amortizações acumuladas

Ajustes Contabilísticos em referência a 1.1.2017

Custo Aquisição
Amortizações acumuladas

Saldos Contabilísticos ajustados em 1.1.2017

Custo Aquisição
Amortizações acumuladas

Movimentos em 2017

Saldo Inicial
Aquisições
Alienações - Custo
Alienações - Amortizações
Amortizações do exercício

Saldos Contabilísticos em 31.12.2017

Custo Aquisição
Amortizações acumuladas

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017, os inventários registados no balanço apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mercadorias	27.291	27.291
Consumíveis	5.621	2.384
	<u>32.912</u>	<u>29.675</u>
Imparidade acumulada	(27.291)	(27.291)
	<u><u>5.621</u></u>	<u><u>2.384</u></u>

7. Créditos a receber e Outros ativos correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos de Créditos a receber e de Outros ativos correntes eram os seguintes:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Corrente</u>	<u>Não Corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não Corrente</u>
<u>Créditos a receber</u>				
Clientes e utentes				
Mensalidades de utentes	5.463	-	15.521	-
Outras dividas	-	-	-	-
	<u>5.463</u>	<u>-</u>	<u>15.521</u>	<u>-</u>
<u>Outros ativos correntes</u>				
Devedores por Acréscimo de rendimentos				
Mensalidades de utentes	-	-	1.447	-
Outros rendimentos diferidos	9.376	-	38.038	-
	<u>9.376</u>	<u>-</u>	<u>39.485</u>	<u>-</u>
Outros devedores				
Fundo de Socorro Social	-	-	89.239	-
Diversos	10.879	-	13.392	-
	<u>10.879</u>	<u>-</u>	<u>102.631</u>	<u>-</u>
Adiantamentos ao pessoal	809	-	911	-
Fornecedores - saldos devedores	8.292	-	20.880	-
	<u>29.356</u>	<u>-</u>	<u>163.908</u>	<u>-</u>

8. Resultados transitados e Outras variações nos fundos patrimoniais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentavam o seguinte detalhe:

Resultados Transitados

Saldo inicial 1.1.2017	2.914.087
Aplicação Resultado 2016	(105.050)
	<u>2.809.037</u>

Outras Variações de Fundos Patrimoniais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Subsídios ao Investimento</u>		
Saldo inicial	225.422	31.094
Aumentos do período	-	200.000
Imputação a rendimento do exercício	(9.672)	(5.672)
Imputação a resultados transitados	-	-
	<u>215.750</u>	<u>225.422</u>
<u>Doações</u>		
Activos fixos tangíveis	361.615	361.615
	<u>577.365</u>	<u>587.037</u>

9. Financiamentos obtidos

Os saldos desta rubrica apresentam-se como segue:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Corrente</u>	<u>Não Corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não Corrente</u>
Empréstimos bancários	23.690	474.364	2.491	197.059
Empréstimos Outras Entidades	-	-	-	-
Contratos de leasing	4.119	6.883	-	-
	<u>27.809</u>	<u>481.246</u>	<u>2.491</u>	<u>197.059</u>
Saldo credores -Dep. Ordem	-	-	-	-
	<u>27.809</u>	<u>481.246</u>	<u>2.491</u>	<u>197.059</u>

10. Estado e Outros Entes Públicos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos com o Estado eram os seguintes:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento – IRC	27	-	-	-
Retenção imposto s/ rendimento	-	11.827	1.247	11.369
Impostos s/ valor acrescentado – IVA	22.546	1.916	78.145	61.954
Contribuições p/ Segurança Social	-	43.443	-	41.212
Outros impostos	-	972	-	363
	<u>22.574</u>	<u>58.157</u>	<u>79.392</u>	<u>114.898</u>

11. Outros passivos correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos de Outras passivos correntes eram os seguintes:

	2017		2016	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores de Investimentos	487	-	202.834	-
Acréscimos de Gastos - Remunerações	316.003	-	311.397	-
Outros credores	16.150	-	44.082	-
Pessoal	709	-	2.190	-
Utentes pensionistas - saldos credores	252.441	-	229.913	-
	<u>585.790</u>	<u>-</u>	<u>790.416</u>	<u>-</u>

12. Rédito

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2017	2016
Vendas de mercadorias	-	3.183
Utentes - Matrículas e Mensalidades		
Infância e juventude	358.366	395.812
Nucleos familiares	120.001	108.505
Outros serviços	-	6.268
	<u>478.367</u>	<u>513.768</u>

13. Subsídios, doações e legados à exploração

	2017	2016
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos		
Instituto da Segurança social	2.471.122	2.511.053
IEFP	1.258	8.019
IFAP	5.148	4.764
Município de Águeda	-	2.137
Município de Pinhel	400	360
	<u>2.477.927</u>	<u>2.526.333</u>
Subsídios de Outras Entidades	101.959	93.912
Doações, legados e heranças	245.907	359.341
	<u>2.825.792</u>	<u>2.979.586</u>

14. Quantia de inventário reconhecida como um gasto durante o período

	2017	2016
Inventário Inicial	29.675	26.860
Compras	199.584	202.860
Reclassificação e regularização	125.202	263.371
Inventário final	(32.912)	(29.675)
	<u>321.549</u>	<u>463.416</u>

15. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2017	2016
Subcontratos	84.000	84.000
Serviços especializados	178.681	188.812
Materiais	50.801	75.264
Energia e fluídos	178.921	172.585
Deslocações e estadas	20.304	13.689
Encargos com utentes	106.772	146.724
Serviços diversos	163.054	148.865
	<u>782.533</u>	<u>829.938</u>

16. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram como segue:

	2017	2016
Remunerações		
Órgãos sociais	-	-
Pessoal	1.864.026	1.768.405
	<u>1.864.026</u>	<u>1.768.405</u>
Encargos sociais		
Indemnizações	5.521	7.352
Encargos sobre remunerações	392.740	382.869
Seguros	17.575	27.974
Outros	978	787
	<u>416.813</u>	<u>418.982</u>
Gastos com o pessoal	<u>2.280.838</u>	<u>2.187.387</u>

17. Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos pronto pagamento obtidos	-	22
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Ganhos em investimentos não financeiros	171.790	2.701
Correcções relativas a períodos anteriores	981	2.960
Imputação de subsídios de investimento	9.672	5.672
Não especificados	27.422	3.704
	<u>209.865</u>	<u>15.058</u>

18. Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	2017	2016
Impostos	1.550	640
Perdas em Inventários	-	-
Correcções relativas a períodos anteriores	623	647
Donativos	2.946	810
Outros não especificados	7.623	2.654
	<u>12.742</u>	<u>4.751</u>

19. Gastos / reversões de depreciações e de amortizações

	2017	2016
Depreciações do exercício		
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	127.570	102.328
Ativos intangíveis	420	393
	<u>127.990</u>	<u>102.722</u>

20. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos financeiros		
Juros de financiamentos obtidos	10.571	1.356
Juros de leasing	276	-
Outros gastos financeiros	165	1
	<u>11.012</u>	<u>1.357</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	671	3.401
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>671</u>	<u>3.401</u>

21. Dívidas em mora ao Estado

À data do balanço a Instituição não tinha dívidas em mora para com o Estado.

Porto, 20 de março de 2018

A Direção

Maria Inês Pinho Teixeira da Rocha Santos

Luís Manuel Moreira das Neves Viegas

Maria da Luz Alves Fontoura Porto Gomes

José Carlos Pinto Silva Mota

O Contabilista Certificado

Augusto Manuel Ferreira Pinto